

22 JAN 1987

Dívida externa

A Fiesp garante que nunca propôs moratória para dívida

A Fiesp nunca defendeu a moratória no pagamento da dívida externa brasileira e embora concorde que o mandato do presidente José Sarney deva ser de seis anos, jamais elaborou um documento contendo tais teses, afirmou ontem o assessor da diretoria da entidade, Armando Figueiredo. Em sua edição de ontem, o *Jornal do Brasil* e o *Globo* divulgaram um resumo de um estudo de sete páginas e meia, creditado à Fiesp, que defendia a moratória no pagamento dos juros da dívida externa como "a saída para as dificuldades brasileiras". Com o que chama de "gesto heróico", o documento afirma que o presidente Sarney conseguiria uma "mobilização de massas" em torno de si e a "sagração de seu mandato de seis anos".

Mas a diretoria da Fiesp não reconhece a paternidade desse documento. Na verdade, trata-se de um *papel* preparado pelo professor de Ciências Políticas da Universidade de Brasília, o jornalista Walder de Goes, encaminhado aos 13 clientes de um escritório que mantém em Brasília, especializado em análises de risco político. "O documento é meu e não sei como uma cópia foi parar na Fiesp", disse Goes ontem ao *Estado*, "porque destina-se à leitura exclusiva dos meus clientes, entre os quais a Fiesp não está incluída".

Totalmente contrários à tese de moratória, alguns diretores da Fiesp receberam com entusiasmo,

ontem, a notícia de que o Clube de Paris decidiu prorrogar o pagamento de US\$ 4,1 bilhões da dívida externa brasileira — incluídos nesse montante US\$ 500 milhões do principal que vencem nesse primeiro semestre e mais US\$ 384 milhões de juros de mora dos pagamentos em atraso. Para Feres Abujanra, diretor adjunto do Departamento de Economia da Fiesp, a decisão é uma demonstração de confiança no Brasil e abrirá caminho para as negociações com os credores do País, e facilitará o diálogo entre governo, empresários e trabalhadores.

Já o presidente do Sindicato da Indústria de Papelão de São Paulo e também diretor adjunto do Decon, Roberto Nicolau Jeha, acha que a decisão do Clube é um sinal de que o Brasil conseguirá renegociar sua dívida com *spreads* menores e prazos mais longos, o que vem ao encontro das expectativas dos empresários brasileiros. "O que queremos é diminuir nossa remessa de capital para o Exterior, a fim de reconstituir nossa capacidade de poupança."

"Se conseguirmos manter em US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões nossas remessas para o Exterior, isso representará quase 2% do PIB em 87, um nível compatível com a manutenção do crescimento da economia por volta de 4% e da inflação em torno de 70% a 90% ao ano", disse Jeha. Ao contrário, sem recompor as poupanças externa e interna, o País não terá recursos para investimentos produtivos.